



**SINDJUDPE**  
SINDICATO DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DE PERNAMBUCO



Filiado a:

  
**FENAJUD**

  
**DIEESE**

## PROPOSTA DE ACORDO DO TJPE COM AS REIVINDICAÇÕES DO SINDJUD-PE EM 2022

Recife, 09/03/2022

A diretoria do SINDJUD-PE apresenta a categoria a proposta de acordo para apreciação em assembleia geral extraordinária a ser realizada no dia 9 de março de 2022, convocada para tal fim.

Esse é um **acordo histórico**, pois há um avanço em vários itens ao mesmo tempo, fato raro nas mesas de negociações. Além de projetar avanços ainda em 2022 e até mesmo 2023.

Ao todo **avancamos em 14 itens de um total de 33**, com **boas perspectivas de avanço concreto em mais 12 itens**, com alguns esperando resposta de setor específico, a exemplo dos itens vinculados à ESMAPE.

O que chegamos como síntese para a assembleia de hoje, dia 9 de março de 2022, não fecha a negociação, mas sim delimita o **início do nosso avanço geral**, pois teremos uma mesa de negociação permanente.

Evidentemente que a luta não acaba aqui, apenas começamos. Há itens que podemos avançar ainda esse ano e não podemos esmorecer a luta. **Vamos juntos lutar e vencer!**

Observação: as cores na coluna esquerda identificam que as pautas são desdobramentos de um mesmo tema ou se conectam diretamente.



**SINDJUDPE**  
SINDICATO DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DE PERNAMBUCO



Filiado a:



PLEITO DA CATEGORIA	ACORDO/ENCAMINHAMENTO EM 2022
<p>Assegurar a data-base de maio de 2022 e a recomposição das perdas inflacionárias de 2020, 2021, período que houve congelamento salarial, devido a LC 173/2020;</p>	<p>10%, o que repõe a inflação de 2021. Será respeitado a data-base com implementação no próprio mês de maio, a depender dos trâmites na ALEPE, mesma coisa para os demais itens de impacto financeiro, com exceção daqueles que já tinham sido encaminhados anteriormente, que devem entrar no próximo contracheque, a exemplo do auxílio-alimentação e saúde.</p>
<p>Assegurar a recomposição das perdas históricas acumuladas desde 2009, que pode chegar a 48,34% em maio de 2022, segundo os dados consolidados e as estimativas até maio de 2022, segundo o DIEESE;</p>	<p>Firmado compromisso de viabilizar a inflação da data-base de 2022 a 2023 no orçamento do ano que vem, com a possibilidade de ter um incremento como “cota-parte” para diminuir as perdas históricas. Isso não dispensa a luta por um parcelamento e com a mesa de negociação permanente já vamos debater a construção da LDO 2023.</p>
<p>O índice adotado para recomposição ser estendido aos vencimentos e funções, conforme legislação;</p>	<p>OK, assegurado.</p>



**SINDJUDPE**  
SINDICATO DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DE PERNAMBUCO



Filiado a:



Exclusão da exigência de cursos de pós-graduação ( <i>stricto e lato sensu</i> ) das classes IV e V da progressão funcional;	Será criada uma comissão de estudo de reforma do PCCV para viabilizar um novo modelo com progressão mais equilibrada. Vamos lutar pela derrubada das cláusulas de barreira.
Ajustar o Plano de Cargos em relação a porcentagem adotada a partir do Padrão 1 ao Padrão 11, de 0,15% em 0,30%, para que a diferença na mudança para o Padrão 12 seja de apenas 0,5% e não de 2% adotada atualmente, que destoaria do padrão estabelecido na tabela em geral;	Será criada uma comissão de estudo de reforma do PCCV para viabilizar um novo modelo com progressão mais equilibrada.
Possibilitar a progressão dos servidores detentores de estabilidade financeira;	Será criada uma comissão de estudo de reforma do PCCV para viabilizar um novo modelo com progressão mais equilibrada. Vamos lutar para que se possa migrar para o novo plano, sem prejuízo de direitos adquiridos.
Pugnar que o TJPE assegure curso de pós-graduação em Gestão Judiciária;	Agendar reunião com ESMAPE.
Ajustar a Lei do Plano de Cargos, também, no que consiste a licença sindical, assegurando licença em mandatos classistas	Em fase de estudo, pode haver avanço.



**SINDJUDPE**  
SINDICATO DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DE PERNAMBUCO



Filiado a:



em entidades de grau superior, bem como ampliar a quantidade atualmente adotada;	
Equiparação do Auxílio-alimentação dos servidores ao valor adotado aos magistrados, conforme é realizado no MPPE e em outros tribunais do país (atualmente temos o 25º melhor auxílio-alimentação do país, com a equiparação passaríamos a ter o 6º melhor, destacando que o 1º é de 1.960,26 no Estado do Amazonas);	+ 19,99% assegurado já em abril. A gestão atual concorda com a equiparação, porém não há condições orçamentárias para o momento. No entanto, ficou em aberto o estudo para se equiparar de forma gradual ou até mesmo de forma única, vai depender da evolução orçamentária. Apresentamos uma contrapartida de se parcelar em 3 vezes até à equiparação ao valor da magistratura (setembro/22, janeiro/23, junho/23). Com a atual reposição da magistratura, não há mais justificativa de perdas, a não ser a reposição de 2022 para 2023. Por isso a proposta da última parcela ser em junho de 2023, para considerar a última atualização de IPCA.
Assegurar o reajuste de 6% para 10% do reembolso da saúde;	OK. Com chance de se majorar a tabela de referência de idade ou até mesmo a exclusão da tabela referencial, está em fase de estudo essas condições. Ademais, estamos propondo também a possibilidade do TJ adotar um plano de saúde a partir de 2022.



**SINDJUDPE**  
SINDICATO DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DE PERNAMBUCO



Filiado a:



Majorar o auxílio-saúde de R\$ 150 para R\$ 500, nos casos dos servidores que não migraram para a modalidade do reembolso;	Retomada dos R\$ 150 OK. Quanto a majoração foi dito que para esse momento não é possível, mas se estuda a possibilidade de uma majoração.
Fomentar uma nova forma de custos com saúde, sendo assegurado integralmente pelo TJPE, a exemplo de um plano de saúde privado ou autogestionário, conforme é adotado em outros Estados;	Estudar a possibilidade e viabilidade para 2023.
Instituir o Auxílio Suporte Tecnológico para servidores/as em teletrabalho, sendo assegurado o valor proporcional a quem estiver em teletrabalho parcial;	OK. Valor referente a pecúnia simples do auxílio transporte, que será no valor de R\$ 224,40. Também será feita alteração na regulamentação do teletrabalho, a versão preliminar já contempla vários pleitos da comissão de teletrabalho, vinculada ao SINDJUD. Falta avançar como será o trabalho para certas funções e setores.
Assegurar em parcela única o Auxílio Suporte Tecnológico, sem distinção, a todos os/as servidores/as, correspondente ao período da pandemia em que o TJPE suspendeu o trabalho presencial e adotou o trabalho remoto. Isso vale para aqueles/as	Por enquanto fica assegurado a instituição do auxílio, sem essa parcela única.



**SINDJUDPE**  
SINDICATO DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DE PERNAMBUCO



Filiado a:



que tiveram que permanecer em trabalho remoto por recomendações médicas mesmo no período em que houve retorno ao trabalho presencial;	
Atualização da Gratificação de Risco de Vida com a inflação de todo o período em que esteve congelada até a data-base de 2022;	10% assegurado. SINDJUD endossará a proposta do SINDOJUS de se indexar uma porcentagem ao Padrão 01 de Analista/Oficial.
Atualizar adicional insalubridade com a inflação de todo o período em que esteve congelada até a data-base de 2022;	10% assegurado.
Atualização da Indenização de Transporte (ITJ) correspondente ao período da última recomposição, em 2019, até a data-base de 2022;	+ R\$ 200 (10,72%). SINDJUD se compromete em trabalhar em conjunto com o SINDOJUS e ASPJ para melhor recomposição desse item, diante do acelerado aumento com custos de aquisição e manutenção de veículo, o qual tem uma variação muito acima do IPCA geral. Já foi apresentada contraproposta, que segue para mesa de negociação permanente.
Assegurar plantão remunerado na forma de hora extra, em critérios semelhantes ao adotado no MPPE;	Em estudo para implementação ainda esse ano. Está como uma das prioridades da gestão.



**SINDJUDPE**  
SINDICATO DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DE PERNAMBUCO



Filiado a:



Assegurar o retorno do pagamento da substituição de toda e qualquer função gratificada, independente da estipulação do prazo mínimo de dias das férias, para a justa compensação da responsabilidade assumida temporariamente;	Em estudo para implementação.
Uniformização do valor de custos com diárias ou qualquer outra forma de auxílio ou ajudas de custo;	Para esse ano não há condições, pauta pode avançar ano que vem.
Instrutoria de acordo com a qualificação acadêmica (graduação, especialização, mestrado e doutorado), sem distinção entre valores estabelecidos entre magistrados/as e servidores/as;	Agendar a reunião com a ESMAPE para buscar avanço nesse item.
Criação de Auxílio-Creche, atualmente adotado em 13 Tribunais (AP, DF, ES, GO, MT, MS, MG, RJ, RS, RO, RR, SC e SP);	Para esse ano não há condições, pauta pode avançar ano que vem.
Criação de auxílio equivalente ao Auxílio Médico-Social, assim como é adotado no TJSC (Res. 43/2019), benefício destinado exclusivamente aos inativos, como forma de reduzir o impacto das perdas financeiras ao se aposentar;	Pauta bem recebida, porém, não há como avançar agora no primeiro semestre, talvez avance no segundo semestre ou ano que vem.



**SINDJUDPE**  
SINDICATO DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DE PERNAMBUCO



Filiado a:



Envidar Esforços para Viabilizar o Pagamento da Parte Incontroversa da URV via Setor de Precatórios;	Previsão da URV sair ainda esse ano, segundo o setor de precatórios, está em fase de execução.
Assegurar a venda de parte da licença-prêmio;	Para avaliação na mesa permanente de negociação.
Assegurar a venda de 1/3 das férias	Para avaliação na mesa permanente de negociação.
Instituir Política de remoção e permutas, assegurando ao menos dois editais de remoção ao ano;	Minimamente dois editais de remoção ao ano, provavelmente nos meses de maio e setembro, ou quando houver demanda.
Atualização do estudo de lotação, assegurando a priorização do primeiro grau;	Compromisso de priorizar o primeiro grau e ter transparência com o Sindicato acerca dos estudos de necessidade de pessoal e nomear onde há necessidade maior.
Corrigir as distorções dos valores em funções gratificadas, tanto em funções semelhantes (seja no primeiro e segundo grau, bem como capital e interior), como a não implementação em funções novas (exemplo: revisor);	Estudos para avançar na mesa de negociação permanente.
Retirar da ficha funcional as faltas da greve de 2011, bem como devolver os valores descontados;	Quanto a devolução do valor foi dito que não será realizado, porém devemos avançar na retirada das faltas injustificadas da greve.





**SINDJUDPE**  
SINDICATO DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DE PERNAMBUCO



Filiado a:



<p>Cobrar do TJPE pela criação da unidade de acessibilidade e inclusão, e demais sugestões, previsto na Resolução Nº 401/2021 do CNJ;</p>	<p>OK. Antes agendar reunião com comissão do SINDJUD para debater a resolução do CNJ</p>
<p>Assegurar a ampla defesa em casos de abertura de processos administrativos, isto é, assegurando o processo preliminar (sindicância) antes de qualquer abertura de processo administrativo (PAD), bem como instituir via alteração da Lei nº 6.123/68 o sigilo do nome do servidor, tal qual é procedido com a magistratura;</p>	<p>OK. Avanço com o TAC na CGJ, e está em estudo a proposta de alteração de Lei.</p>
<p>Assegurar calendário de reuniões de Comissão Permanente de Negociação para demais itens de interesse administrativos.</p>	<p>OK. Assegurado, inclusive para agilizar o encaminhamento de alguns pleitos que poderão ser aplicados ainda esse ano e os que só poderão ser aplicados em 2023.</p>

**SINDJUD-PE**

**Gestão Lutar e Vencer!**